

publicação/publicación de



ercosul/Mercosur

As decisões de Ouro Preto

Estratégia Mercosul de Emprego – Criado um Grupo de Trabalho Interministerial (Trabalho, Relações Exteriores, Economia, Indústria, Agricultura) e a participação das representações sindicais e empresariais que participam do Foro Consultivo Econômico Social e da Comissão Sociolaboral, para definir metodologia, integração estatística e medidas para a geração de emprego. Grupo deverá apresentar os primeiros resultados na Cumbre de dezembro de 2005 em Montevidéu.

Parlamento Mercosul – Conselho de Ministros aprovou a continuidade da criação do Parlamento - A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul vai preparar a instalação do órgão até dezembro de 2006.

Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – a partir de 2006 os países vão aportar recursos orçamentários para constituir o Fundo Estrutural cuja prioridade é a diminuição dos desequilíbrios regionais.

Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum – Até 2008 apenas os produtos que já possuem alíquota zero ou 100% de preferência para terceiros mercados serão beneficiados da eliminação da dupla cobrança tarifária.

Facilitação de negócios – harmonização de trâmites jurídicos para ingresso e permanência de empresários (uma das medidas foi a redução de capital inicial)

Despacho aduaneiro- Harmonização das regras de controle de mercadorias

Compras Governamentais – Assinatura do acordo Mercosul de Compras Governamentais, empresas de um país poderão participar de licitações federais nos demais sócios.

Direitos Humanos – Cria-se um grupo para desenvolver políticas conjuntas

Documento de viagem Mercosul – pode ser expedido em locais dos países do bloco onde não há consulados e permite o regresso ao país de origem

Promoção / Promoción



Coordenadora de
Centrais Sindicais do
Cone Sul

Edição / Edición



Consultoria Econômica Social Integrada- CESI

Acordos Externos

Membros Associados – Colômbia, Equador e Venezuela assinam acordos de preferências tarifárias e passam a condição de Estados Associados do Mercosul (já são associados o Chile, a Bolívia e o Peru) – os Estados Associados participam dos temas comerciais, do Fórum de Concertação Política e aderem à Clausula Democrática do Mercosul.

África e Índia – o bloco assina acordo de preferência tarifária para 450 produtos com a Índia e para 950 produtos com a SACU (União Aduaneira do Sul da África). (fonte: FSP, 19/12/2004)

A íntegra das decisões podem ser encontradas na pagina da Secretaria do Mercosul – www.mercosur.org.uy

Centrais Sindicais do Mercosul participam da Cumbre - Assim como nas duas Cumbres anteriores (Brasília em 2002 e Montevideu em 2003) representantes das nove centrais sindicais que integram a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS (CUT, FS e CGT do Brasil; CGT e CTA – Argentina; CUT-Chile; CUT-Paraguay e PIT-CNT-Uruguay) participaram da Cumbre de Presidentes e entregaram documento com suas opiniões e propostas (veja na íntegra no anexo). O dirigente sindical da CUT, Rafael Freire, atualmente Secretario Geral da CCSCS, fez um discurso para os Presidentes, ressaltando as preocupações dos sindicalistas com a distância entre as decisões e as declarações políticas dos mandatários e o pouco avanço nas negociações. O principal aspecto ressaltado pelos sindicalistas foi em relação a alta do desemprego e o aumento da exclusão social, reclamando a adoção de medidas urgentes para melhorar esta situação.

Foro Consultivo Econômico Social do Mercosul– Representantes do FCES assistiram a reunião dos Ministros (CMC) em Belo Horizonte nos dias 15 e 16 e no dia 17 uma delegação de sindicalistas e empresários do Brasil e Argentina representou o FCES compareceu à reunião Presidencial de Ouro Preto e Valdir Vicente de Barros, diretor da CGT e membro da mesa coordenadora da Seção Brasileira do FCES fez uma breve intervenção em nome do organismo, ressaltando a importância dos avanços registrados, dos acordos na América do Sul e também pediu maior agilidade nas decisões e mais aprofundamento do processo de integração.

Cúpula do Mercosul termina sem avanço - O 27º Encontro de Cúpula do Mercosul terminou ontem em Ouro Preto (MG), cidade onde foi assinado o tratado que criou a união aduaneira há dez anos, com mais avanços na área externa do que no mercado interno do bloco, formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O Brasil, que ocupou a presidência pró-tempore do Mercosul no último semestre, tinha previsto anunciar na cúpula a reforma dos Tratados de Assunção e de Ouro Preto, que criaram o Mercosul. Por falta de tempo e divergências, a reforma foi adiada, e a agenda, reduzida.

Em seu discurso, Lula criticou os "pessimistas" que "magnificam" as dificuldades do bloco. Já o presidente argentino, Néstor Kirchner, adotou tom crítico. Defendeu modificações na estrutura do bloco e afirmou que os benefícios do Mercosul "não podem ter uma só direção". Ele quer salvaguardas para a indústria argentina para equilibrar um quadro que vê como favorável ao Brasil.

Divulgada ontem pelos presidentes dos países-membros e associados do Mercosul, a "Declaração de Ouro Preto" carregou nas tintas da inclusão social e de defesa do multilateralismo nas relações internacionais.

Os países se comprometem a estimular o fortalecimento do direito internacional e do multilateralismo, tidos como "meios adequados de assegurar a paz e o desenvolvimento" no planeta. Reiteraram o papel da ONU (Organização das Nações Unidas) como a única instituição que pode garantir ao mundo "convergência em torno de objetivos comuns".

Os países do Mercosul também apontam a "relevância" de que os países em desenvolvimento tenham maior participação na tomada de decisões em instituições financeiras internacionais. Em outro ponto, o bloco se diz comprometido com um "sistema multilateral equilibrado de comércio", que "propicie oportunidades para todos os países". E instam os países desenvolvidos a eliminar políticas protecionistas.

Manifestos pela inclusão social estão presentes em cinco pontos do documento. No item 8, há a afirmação da importância de que "o processo de globalização permita maior nível de inclusão social em todos os povos", acompanhada pelo pedido de um "novo padrão de solidariedade internacional... para combater os flagelos da fome e da pobreza". (*Folha de SP, 18/12/2004*)

Advertencia de Kirchner a Brasil durante la cumbre del Mercosur - Néstor Kirchner, dijo en su discurso durante la cumbre de presidentes del Mercosur que no se puede "ignorar las asimetrías existentes ni perjudicar a los sectores internos de nuestros países, pues ello afectaría la propia integración". Aludía al pedido de su Gobierno de limitar con cupos las importaciones de productos brasileños que ponen freno a la incipiente recuperación de algunas industrias en la Argentina.

El discurso tuvo su pico de dureza cuando aludió claramente a la situación de liderazgo que busca Brasil en la región y a la posibilidad de imponer sus condiciones. "Ninguno de nuestros países es por sí mismo ni tan grande ni tan fuerte como para prescindir del destino regional". Kirchner suele tener discursos fuertes cuando dispone de un escenario internacional, pero éste sorprendió incluso hasta al propio Lula, al juzgar por sus gestos tensos.

Kirchner no le anticipó el texto de su discurso al presidente brasileño, aunque según fuentes de su entorno más cercano, sí le planteó mano a mano lo que después diría en público. Fue durante una charla que tuvieron en buena parte del viaje de dos horas entre Belo Horizonte y Ouro Preto.

En su discurso, Lula no se privó de decir que las importaciones brasileñas desde la Argentina aumentaron en los últimos años. Después Eduardo Duhalde hizo un informe donde, en línea con Kirchner, insistió en todo lo que faltaba por hacer en el Mercosur. El cuarto expositor, tras el uruguayo Jorge Batlle, fue Kirchner, que aun con un discurso duro y con chispazos hacia Brasil, nunca se apartó de la profesión de fe hacia el Mercosur, un eje de su política exterior, tanto que para un presidente tan poco afecto a los viajes es todo un dato que desde que asumió no faltó a ninguna de la cuatro cumbres del grupo. Luego, (*Clarín, 18/12/2004*)

Uruguai e Paraguai condenam salvaguardas da Argentina- Os ministros das Relações Exteriores do Paraguai e do Uruguai fizeram ressalvas à proposta argentina de adoção de salvaguardas, no encerramento da reunião do Conselho do Mercosul, em Belo Horizonte. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Luiz Fernando Furlan, também manifestou que o País é contra a adoção de salvaguardas.

O secretário de Relações Internacionais da Argentina, Alfredo Chiaradia, garantiu que a proposta do seu país não é protecionista. "Na verdade, a Argentina é uma fervorosa defensora do Mercosul, porque essa é a sua ferramenta de proteção internacional". Segundo ele, as salvaguardas serão transitórias são necessárias para garantir o avanço na integração regional.

Para a ministra do Paraguai, Leila Rachid, a adoção de salvaguardas poderia trazer insegurança jurídica e impacto nos investimentos das empresas. Na avaliação dela, as salvaguardas colocariam em dúvida o processo de integração do bloco.

Já o chanceler do Uruguai, Didier Opperti, disse que as salvaguardas existiram no início da história do Mercosul e foram eliminadas de maneira prematura. No entanto, ele reconhece que elas atrapalham o acesso aos mercados, que é o principal propósito da união aduaneira. "Mas acho que os problemas que cada um dos sócios pleiteia deve ser examinado sem preconceitos", afirmou.

Dos quatro membros do Mercosul, apenas a Argentina não estava representada na entrevista coletiva após a reunião do Conselho. O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rafael Bielsa, participou apenas da reunião. Chiaradia disse que há muitos outros compromissos que poderiam demandar a presença de Bielsa e justificar a sua ausência, mas não disse quais. (*Agência Estado, Global 21, 17/12/2004*) T

Mercosur crea fondo de convergencia estructural - El Mercosur contará a partir de 2006 y por primera vez en su historia con un fondo económico para financiar proyectos cuyo objetivo será equilibrar las asimetrías entre los socios y mejorar los niveles de desarrollo de la región. Así lo establece el borrador de creación del Fondo para la Convergencia Estructural del Mercosur, al que tuvo acceso la agencia EFE, y que será elevado al Consejo de Mercado Común

para que lo estudie y eventualmente lo apruebe la semana que viene durante la cumbre de Brasil.

El Fondo tendrá como objetivo financiar proyectos de desarrollo social que ayuden a mejorar la calidad de vida de los ciudadanos y, sobre todo, conseguir que se reduzcan las asimetrías tanto entre las cuatro naciones que lo conforman como las desigualdades entre las regiones dentro de un mismo país. Otro objetivo será mejorar la competitividad de las naciones y regiones. Asimismo, una pequeña parte de los recursos del Fondo será destinada a financiar los organismos que conforman la estructura institucional del bloque: la Secretaría Técnica, el Foro Económico y Social y la Comisión de Representantes Permanentes.

La propuesta redactada no hace mención al monto con el que contará el Fondo, aunque fuentes diplomáticas aseguraron que pueden rondar los US\$ 100 millones.

El Grupo de Alto Nivel creado para redactar el borrador sólo pudo reunirse cinco veces, con lo que muchos temas quedaron en el tintero, uno de ellos la forma de obtención de los recursos. La propuesta, sin embargo, sugiere que, una vez determinada una cifra, esta se dividirá en cuatro en función del PBI de cada país. Es decir, si Brasil representa el 70% del PBI del Mercosur, tendrá que aportar el 70% del monto total del Fondo.

Según lo acordado, el dinero quedaría depositado en alguno de los órganos financieros que ya existen en la región como el Banco Interamericano de Desarrollo o el Banco Nacional de Desarrollo Social de Brasil y sólo podrá beneficiarse el país que haga puntualmente sus aportes. El Fondo se organizará en tres niveles: un primer nivel político, integrado por los miembros del Consejo de Mercado Común, que definirá los objetivos plurianuales y escogerá los programas.

Un segundo nivel ejecutivo, formado por el Grupo de Alto Nivel que controlará la ejecución de los proyectos, y un tercer nivel de carácter técnico que definirá la viabilidad de los mismos. (*El Observador*, 10/12/04)

Mercosul faz acordo sobre compras dos governos - Os países do Mercosul finalizaram as discussões sobre as normas para compras governamentais no Mercosul. Por essas normas, as empresas do bloco terão preferência nas compras, em relação às de nações extrabloco.

As normas sobre compras governamentais entrarão em vigor quando ao menos dois, dos quatro países do bloco modificarem suas leis de licitação. No Brasil, o projeto deverá ser enviado ao Congresso Nacional, para que a Lei 8.666/93 seja adequada às normas do Mercosul.

O Protocolo de Compras Governamentais do Mercosul foi aprovado em dezembro de 2003, em Montevideu. No decorrer deste ano houve a revisão e regulamentação do texto. Entre os procedimentos está o estabelecimento de uma "tabela de equivalência" para que empresas do bloco possam disputar em pé de igualdade com a indústria nacional.

Segundo o embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, sub-secretário geral da América do Sul, o projeto de compras governamentais "é um mecanismo privilegiado para diminuir assimetrias entre os países". E afirmou que o Uruguai e o Paraguai, especialmente nas regiões fronteiriças ao Brasil, poderiam participar de licitações para as compras da merenda escolar. (*Gazeta Mercantil*, 15/12/04)

Los ministros de Salud del Mercosur advierten sobre patentes medicinales - Los ministros de Salud del Mercosur pidieron "acciones conjuntas" de los países del área "que garanticen la supremacía del bien público sobre los intereses privados" ante el "impacto significativo" de las patentes medicinales sobre el costo de los programas sanitarios oficiales. Los funcionarios advirtieron que ese "impacto" se reflejará "en el gasto directo de la población (en salud) y en los precios del mercado, como consecuencia del monopolio patentario" de los medicamentos.

La advertencia fue formulada en momentos en que Estados Unidos presiona a los países andinos y centroamericanos para que modifiquen sus leyes de patentes, para acceder a tratados de libre comercio. En el documento al que tuvo acceso ANSA, se resalta que "a nivel global se manifiesta la creciente preocupación de los organismos internacionales e intergubernamentales relacionada con el deber de los gobiernos en cuanto a la garantía del acceso a medicamentos para enfermedades epidémicas" como el sida. Por ese motivo, los

ministros de Salud de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Chile señalaron que "es necesario mantener un diálogo regional continuo sobre el impacto de la protección patentaria en el acceso a los medicamentos".

La declaración de los ministros de Salud fue distribuida durante la reciente cumbre presidencial del Mercosur de Ouro Preto y fue rubricada por Ginés González García (Argentina), Humberto Costa (Brasil), Julio Velázquez (Paraguay), Conrado Bonilla (Uruguay) y Pedro García Aspillaga (Chile). (ABC, 20/12/04)

Cooperativas: Paraguay se queda con la presidencia del Mercosur - El presidente del Incoop, Antonio Ortiz Guanes, informó que a partir del próximo 15 de diciembre, Paraguay recibirá la presidencia Pro-témpore de la Reunión Especializada de Cooperativas del Mercosur (RECM), ejercida actualmente por Brasil. Esta instancia es un organismo oficial del mercado común integrado por los cuatro países miembros.

La plenaria que se reunió en Buenos Aires la semana pasada definió entregar la Presidencia Pro-témpore al Paraguay, que será ejercida en este periodo por el Instituto Nacional de Cooperativismo (INCOOP) a partir del 15 de diciembre de 2004 hasta junio de 2005. En ese contexto se tiene previsto realizar cinco eventos.

Según Ortiz Guanes, el primer evento previsto para fines del mes de febrero del próximo año es la sesión plenaria de la RECM, donde se estarán concretando convenios con la Unión Europea para el desarrollo de las actividades de integración de las cooperativas (*Última Hora*, 02/12/04)

Cumbre de Mercociudades - "La distribución del ingreso en América latina: ciudades en el camino de la equidad", fue el tema de la Cumbre de Mercociudades que concluyó ayer en Buenos Aires, con un acto del que participaron, entre otros, el jefe de Gobierno porteño, Aníbal Ibarra, el intendente de Morón, Martín Sabbatella, y el de La Plata, Julio Alak (foto). También estuvieron los intendentes de Montevideo, Mariano Arana; de Belo Horizonte, Fernando Damata Pimentel, y de Asunción, Enrique Riera Escudero.

En el cierre de ayer, Ibarra, que asumió la secretaría ejecutiva de la red de ciudades de países del Mercosur y asociados, anunció que pondrá en marcha el Plan Indigencia Cero, que apunta a asignar un ingreso mínimo a las personas cuyos ingresos no alcanzan a cubrir la canasta básica alimentaria. (Pagina 12, 04/12/04)

Cronologia do Mercosul

1986 – O presidente Sarney visita a Argentina e assina com Raúl Alfonsín a Ata de Integração Brasileira-Argentina, que estabelece um Programa de Integração e Cooperação Econômica, e o Protocolo de Cooperação Nuclear, que reafirma os propósitos pacíficos da cooperação bilateral nessa área.

1990 – Os presidentes Collor e Menem assinam em julho a Ata de Buenos Aires, pela qual o Brasil e a Argentina decidem conformar o mercado comum bilateral até 31 de dezembro.

1991 – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai celebram o Tratado de Assunção para a constituição de um Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

1994 – **Assinatura do Protocolo de Ouro Preto.** O documento cria uma união aduaneira para o bloco e confere personalidade jurídica internacional ao Mercosul.

1995 – Entrada em vigor da União Aduaneira, com a adoção da TEC, Tarifa Externa Comum (em 1 de janeiro). Permanecem válidas, entretanto, listas nacionais de exceção para produtos sensíveis, a serem definitivamente eliminadas entre 2001 e 2006.

1999 – Entra em vigor o Acordo Quadro Inter-Regional de cooperação entre o Mercosul e a União Européia.

2004 – Ano previsto para a conclusão do acordo comercial entre União Européia e Mercosul. As negociações não terminaram.

Folha de São Paulo, 12/12/04



Según Bielsa, Argentina defenderá su postura por asimetrías con Brasil - El canciller argentino, Rafael Bielsa, aseguró el sábado que el gobierno nacional defenderá "férreamente" su postura en las negociaciones que mantiene con Brasil debido a las asimetrías entre ambos países en materia de comercio bilateral.

El canciller hizo esas declaraciones un día después de que funcionarios argentinos y brasileños se reunieran en Buenos Aires para analizar la marcha del comercio bilateral sin llegar a un acuerdo, aunque resolvieron reanudar las negociaciones en un mes.

Brasil y Argentina mantienen diferencias por el comercio bilateral de varios productos, principalmente electrodomésticos, calzados y autos. Los industriales argentinos aseguran que hay una "invasión" de productos brasileños en el mercado local.

Desde julio pasado, Argentina aplica un arancel de 21 por ciento a la entrada de televisores fabricados en la zona franca de Manaus (norte de Brasil), medida que causó quejas por parte de los industriales brasileños.

Además, los empresarios de ambos países acordaron cupos para la entrada a Argentina de cocinas y heladeras (neveras), aunque no lograron consenso para lavadoras de ropa y televisores.

Argentina propuso en septiembre pasado poner en marcha algún tipo de mecanismo de salvaguarda dentro del Mercado Común del Sur (Mercosur) para proteger a las industrias más débiles frente a las asimetrías respecto de otros socios del bloque regional.

El Gobierno brasileño considera que la aplicación de salvaguardas "sería herir al Mercosur", integrado por Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay.

Por su parte, el secretario de Industria de Argentina, Alberto Dumont, reconoció el sábado que no se lograron avances hacia un acuerdo comercial durante las negociaciones encaradas esta semana por funcionarios argentinos y brasileños.

En los primeros nueve meses del año, Argentina exportó a Brasil productos por valor de 4.017 millones de dólares, el 17,6 por ciento más que igual lapso de 2003, e importó mercancías brasileñas por importe de 5.478 millones de dólares, el 72,1 por ciento más que en igual período del año pasado. (*El Observador*, 13/12/04)

Brasil e Argentina não chegam a acordo sobre cotas para lavadoras - Terminou sem acordo ontem a rodada de negociações sobre a participação de lavadoras brasileiras no mercado argentino. O setor privado de eletrodomésticos do país vizinho propôs que o Brasil aceitasse o limite de 35% de seu mercado de lavadoras em 2005. Demais países fornecedores teriam 11%, e os 54% restantes seriam de fabricantes locais.

A proposta foi ouvida por representantes da Eletros, que não quiseram comentar o resultado da reunião, realizada na sede da Secretaria da Indústria e Comércio, em Buenos Aires, com observadores dos governos dos dois países. A informação de que não houve acordo e de que as negociações devem prosseguir partiu de fontes do governo argentino.

O presidente da Eletros, Paulo Saab, viajou ontem à noite para Buenos Aires, onde deve acompanhar, hoje, as negociações sobre a exportação de TVs. Nesse caso, o Brasil vai apresentar uma proposta que envolve a definição de cotas por volume ou valores embarcados ao país vizinho. O Brasil já definiu a sua proposta de cota, chamada de "cota de renúncia espontânea". (*Folha de São Paulo*, 02/12/04)

Brasil e Argentina não definem cota para TV - O setor privado de eletrodomésticos brasileiro considerou ontem encerradas, sem acordo, as negociações sobre a participação do país no mercado argentino de televisores no próximo ano.

A proposta apresentada pelo empresariado argentino em reunião ontem em Buenos Aires, na terceira rodada de negociações sobre TVs, foi que o Brasil limitasse suas exportações no ano que vem a 60 mil unidades (num mercado estimado de 1 milhão).

O Brasil propôs autolimitar-se em 160 mil unidades e requisitou a retirada imediata da sobretaxa de 21% que a Argentina aplica desde julho passado aos produtos da Zona Franca de Manaus.

Os argentinos não concordam em retirar a sobretaxa, que tem prazo até fevereiro para ser ratificada (por quatro anos) ou suspensão, de acordo com o resultado das investigações feitas pela Argentina de suposta invasão de seu mercado pelo produto brasileiro.

Anteontem, negociadores da Eletros se reuniram com seus pares argentinos para tratar da exportação de lavadoras para o país vizinho no próximo ano. A reunião também terminou sem que houvesse um acordo. Os argentinos propuseram que o Brasil limitasse sua participação no mercado de lavadoras a 35% em 2005. Fornecedores de outros países teriam 11% e os fabricantes locais ficariam com os restantes 54%.

Quando instituiu as medidas que teriam o objetivo de proteger a indústria argentina, o ministro da Economia, Roberto Lavagna, disse que o Brasil concentrava 95% das importações de geladeiras, 70% das de máquinas de lavar e 100% das de fogões. (*Folha de São Paulo*, 03/12/04)

Indústria: Brasil supera Argentina em 5 vezes - A indústria brasileira é 4,9 vezes maior do que a da Argentina. O setor de máquinas e equipamentos elétricos no Brasil - que já era 8,7 vezes maior em 1998 - agora supera o vizinho em 17 vezes. A área de máquinas e equipamentos, que inclui a linha branca, alvo de disputa comercial atualmente, é quase seis vezes maior no Brasil - a taxa era de 4,8 vezes há seis anos. Os dados são de levantamento do Centro de Estudos Bonaerenses (CEB).

No fim de 2002, por exemplo, a Multibrás Eletrodomésticos anunciou a transferência da produção de refrigeradores da fábrica na Província de San Luís, Argentina, para a cidade de Joinville, em Santa Catarina, como parte de um processo de reestruturação global. A Multibrás é uma subsidiária da Whirlpool Corporation, considerada a maior fabricante de eletrodomésticos do mundo.

Para estabelecer a proporção entre os setores industriais dos dois países, o CEB levou em conta dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Inec), órgão argentino.

O levantamento mostra que o setor industrial de transporte brasileiro é 6,2 vezes maior que o do país vizinho; o têxtil, 6,9 vezes; papel, 7,9 vezes; produtos químicos, 3,5 vezes; e metalurgia, 3,8. No caso das máquinas e equipamentos elétricos, a proporção é maior. (*O Estado de São Paulo*, 04/12/04)

Montadoras pedem incentivos na Argentina - A indústria automobilística decidiu estender ao governo argentino as reivindicações já encaminhadas ao Brasil para a criação de um plano de estímulos para ampliar o mercado interno de veículos. A proposta surgiu em reunião, esta semana, em Buenos Aires, entre os dirigentes da Anfavea e Adefa, que representam a indústria automobilística no Brasil e Argentina, respectivamente.

A reivindicação já encaminhada ao governo do Brasil visa um plano de longo prazo com benefícios que vão da redução de impostos a linhas de financiamento especiais.

Para as filiais das montadoras na Argentina, a união com as empresas brasileiras deve servir para que o setor seja menos vulnerável à pressão do governo. Uma fonte da indústria local disse que a idéia é formular políticas comuns para não ser atropelado por decisões oficiais que podem ir contra os interesses das montadoras. A iniciativa ganha importância no momento em que se começa a discutir a prorrogação do acordo automotivo além de janeiro de 2006, considerada certa por empresas e governo.

Um discurso usual na Argentina é criticar os incentivos dados pelo Brasil à instalação de empresas. No Brasil, a Anfavea divulgou nota explicando que a unificação das agendas de discussões das agendas do setor no Brasil e Argentina também visa os acordos internacionais de comércio e a expansão das exportações do Mercosul. (*Valor Econômico*, 10/12/04)

Mercosul nunca passou de caricatura

Gilberto Dupas

A América Latina tem sofrido na carne as perversas consequências da globalização dos mercados e das finanças, que foram agravadas pela marcha acelerada da abertura econômica. Ela constrangeu progressivamente o poder dos Estados nacionais, subordinando-os a metas monetárias rígidas e condicionando seriamente seus programas sociais.

A contínua geração de "novos pobres" tem criado uma onda de emigração sem precedentes e uma deterioração das classes médias, com as altas taxas de desigualdade afetando toda a sociedade, reduzindo a poupança nacional e o tamanho do mercado doméstico, impossibilitando a produção em escala adequada e contribuindo para um clima de desconfiança e desequilíbrio social.

A intensa disputa por investimentos internacionais leva nossos países a baixar cada vez mais os custos dos seus fatores de produção para atrair partes das cadeias produtivas das corporações transnacionais, progressivamente levadas para a Ásia. Governos e opinião pública vão se transformando em meros espectadores, refugiando-se em retóricas e contribuindo para o enfraquecimento da legitimação democrática.

Esse é um campo aberto para o populismo e para arremedos de democracia, tão recorrentes na América Latina. Está caracterizado, pois, um impasse para o qual o discurso hegemônico das instituições internacionais e das nações centrais não dá mais conta.

Diante dele, que caminhos podem ser propostos para a América do Sul? Trata-se de manter uma dura lucidez sobre as lógicas e as forças em jogo; e, dentro dos estreitos limites que essa relação de forças permite, retomar políticas públicas autárquicas que amenizem um pouco os efeitos negativos desse novo jogo global. Isso implica, entre outras medidas, a permanente busca de adição de valor à produção local mediante o desenvolvimento de padrões tecnológicos originais e a contínua melhora de eficiência operacional e da oferta de emprego.

No entanto, diante do tamanho das assimetrias e das forças negativas geradas pelo jogo de mercado, essas medidas são de viabilização complexa. O caminho pode ser muito facilitado por uma vigorosa estratégia transnacional de cooperação, que ainda está para ser feita. O Mercosul, nossa mais importante experiência, nunca passou de uma caricatura limitada a acordos comerciais tímidos e repletos de exceções. Ele se deteriorou a partir de 1999 com as crises e instabilidades cambiais de Brasil e Argentina, parceiros que detêm 97% do PIB do bloco e cujo comércio regrediu atualmente ao velho padrão minimalista de especialidades. Os conflitos entre os quatro países multiplicam-se tanto nas regras comerciais quanto nas posições políticas que exigem o mínimo de alinhamento, como pode ser dramaticamente constatado com as divergências sobre o indicado para a Diretoria Geral da OMC ou sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No entanto, a América do Sul, com seus 360 milhões de habitantes e quase 1 trilhão de dólares de PIB, concentra uma massa crítica de população significativa do mercado mundial, seja como consumo, seja como mão-de-obra. Mas cada um dos seus países isoladamente terá sempre um poder restrito e estará facilmente exposto à armadilha da especialização competitiva e da guerra de preços relativos, tão a gosto da lógica das corporações transnacionais. Juntos, no entanto, eles poderiam ter boas chances de conduzir termos de barganha mais favoráveis e valorizar suas complementaridades e sinergias.

Mas, para que um arranjo transnacional dessas proporções seja eficaz, nossos países terão que ousar caminhar para políticas macroeconômicas comuns e decisões estratégicas amplas, profundamente comprometidas com uma visão transnacional, como o fez a União Européia. Isso significa aceitar ceder de fato na soberania nacional tradicional em benefício de todos e

praticar um ativo "toma-lá-dá-cá" no campo das concessões que permita consolidar condições de exercício comum de algum poder global, minimamente compatível com o tamanho das forças em jogo.

A única utopia adequada à reaglutinação de forças dessa região é apostar por sobre os escombros do Mercosul numa União Sul-Americana sinergizada por abrangentes projetos comuns de infra-estrutura. É preciso disponibilidade para abrir mão de falsas soberanias em nome de uma nova força negociadora com as corporações e o capital global. Esses projetos, a partir de zonas de interesse efetivo, inclusive do setor privado, como aconteceu na Europa em torno da Comunidade do Carvão e do Aço, devem centrar-se numa visão de crescimento auto-sustentado para a região amazônica, numa rota eficiente que ligue o Pacífico ao Atlântico e num acordo energético de grandes proporções.

Uma União Sul-Americana aos moldes da União Européia seria uma base concreta de negociação com os atores econômicos globais. As dificuldades são intensas, mas sozinhos nossos países estarão mais entregues às vagas perversas do mar global. (*Folha de São Paulo*, 12/12/04)

O Mercosul e o futuro

Ministro Celso Amorim

Estamos comemorando dez anos da Cúpula de Ouro Preto, que marcou momento de particular afirmação para o Mercosul: a aprovação da Tarifa Externa Comum; a constituição da União Aduaneira e a definição da estrutura institucional. O Mercosul ganhava voz única para negociar acordos com terceiros países.

Dez anos depois, seus integrantes voltam a Ouro Preto, acompanhados dos membros associados Bolívia, Chile e Peru. Nessa ocasião será oficializado o ingresso de Venezuela, Equador e Colômbia como Estados associados.

Nos últimos anos, a União Aduaneira tem participado em bloco de negociações importantes, como as da Alca e as com a União Européia. Estão sendo finalizados os acordos com a Índia e a União Aduaneira da África Austral (Sacu), que inclui a República da África do Sul. Estão em curso negociações com parceiros tão diversos quanto o México, o Sistema de Integração Centro-Americano (Sica), o Egito e a Comunidade Caribenha (Caricom), passando por Marrocos e por membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A unidade de nossos países potencializa nosso poder de barganha e maximiza as possibilidades de ganho.

A despeito das dificuldades macroeconômicas enfrentadas pelos Estados-parte em anos recentes, a evolução do comércio apresenta hoje resultados amplamente positivos. As exportações brasileiras para os países do bloco, que somavam US\$ 1,3 bilhão em 1990, deverão superar US\$ 8 bilhões em 2004, num crescimento de mais de 500%. Mais importante: as exportações de produtos industrializados representam 93% do total exportado para o Mercosul. Para a indústria química brasileira, o Mercosul é o principal destino de suas exportações, com US\$ 1,35 bilhão neste ano, 27% do total exportado. A indústria de máquinas e equipamentos exportou, até outubro de 2004, US\$ 800 milhões.

O Mercosul tem contribuído decisivamente para a consolidação da parceria estratégica entre o Brasil e a Argentina. As exportações para o nosso vizinho alcançarão em 2004 recorde histórico, podendo chegar a US\$ 7,3 bilhões. Vendemos à Argentina, no ano em curso, cerca de 28% do total de nossas exportações de veículos e 34% do total de celulares. Empresas brasileiras têm realizado investimentos importantes naquele país. A Petrobrás é, hoje, a segunda maior empresa da Argentina em total de ativos, que se elevam a mais de US\$ 5 bilhões.

Celebraremos o aniversário da Cúpula de Ouro Preto com os olhos postos no futuro. Desde a posse do presidente Lula, temos dado saltos qualitativos no processo de integração regional.

Em Ouro Preto, os presidentes do Mercosul tratarão de temas como a criação do Parlamento do Mercosul e o estabelecimento de um fundo para o financiamento de projetos de convergência estrutural. Estamos avançando na negociação de serviços -inclusive em setores, como o financeiro e o audiovisual, que permaneciam à margem dos esforços de integração.

Em compras governamentais, estaremos regulamentando o protocolo que confere tratamento nacional às empresas do Mercosul em muitos setores.

Como em todo processo de integração, há questões que precisam ser equacionadas. Os próprios avanços geram situações que devem ser administradas dentro da ótica de que a solução para nossos problemas é "mais Mercosul". Por isso incentivamos, junto ao setor privado, a formação de joint ventures e a integração das cadeias produtivas, de modo a aumentar nosso grau de competitividade para conquistar mercados em terceiros países. Buscamos encontrar mecanismos de financiamento que criem condições para o estabelecimento de políticas industriais comuns. Um esforço especial tem sido feito para acomodar as economias menores da União Aduaneira dentro de horizontes temporais claramente definidos.

O Mercosul é obra em construção. É o projeto de integração mais ambicioso entre países em desenvolvimento. Não é e não poderia ser um processo linear.

O que chama a atenção nesta caminhada não é tanto a existência de dificuldades, mas a criatividade demonstrada para enfrentá-las. Na realidade, o Mercosul demonstrou ter flexibilidade para se adaptar e superar crises -muitas delas geradas de fora- que afetaram as vulneráveis economias da região e, ainda assim, seguir avançando.

Chegar a Ouro Preto dez anos depois, com os quatro integrantes originais acrescidos de seis Estados associados, dá-nos confiança de que estamos reforçando o Mercosul e delineando a Comunidade Sul-Americana de Nações. São ações que podem e devem, concretamente, contribuir para a melhoria do nível de vida de nossos povos, objetivo central da integração que almejamos. *(Folha de São Paulo, 15/12/04)*

Mercosur : peleas entre los socios, falta de coordinación económica y desequilibrios estructurales

El Mercosur, otra vez en replanteo, arrastra las mismas comezones desde que hace diez años se reconvirtió la zona de libre comercio creada en 1991 en una unión aduanera, que siempre ha sido técnicamente imperfecta y que hasta ahora no ha podido evolucionar hacia el destino impuesto por su nombre: un Mercado Común del Sur. La falta de solución de esas picazones, principalmente los desequilibrios entre los cuatro países socios, los terminó agravando sobre todo a partir de la descoordinación macroeconómica de 1999, cuando Brasil devaluó y la Argentina mantuvo la convertibilidad. Sin embargo, la comezón, definida por la Real Academia Española como "desazón moral que ocasiona el deseo o apetito de alguna cosa mientras no se logra", se combina con logros políticos e incluso económicos que rescatan desde académicos hasta empresarios.

"Si se mira el vaso medio lleno, el Mercosur ha sido un impulso al crecimiento económico, sobre todo de la Argentina y Brasil, mientras que Paraguay pareciera que perdió", evaluó el catedrático de la Universidad Di Tella y ex subsecretario de Política Comercial, Julio Nogués. "Uno de los elementos fuertes para atraer inversión fue que el Mercosur era una plataforma para la exportación, primero a Brasil, y después al mundo. Esto fue real para muchos productos agroalimentarios", destacó Nogués.

En el vaso medio vacío, el ex funcionario del gobierno de Fernando de la Rúa enumeró una serie de factores: "En otros productos nunca funcionó la plataforma. Hay industrias decadentes frente a la competencia internacional, no sólo de Brasil, como las de línea blanca (cocinas, heladeras, lavarropas), textiles, neumáticos, calzado, en las que habría que reentrenar a los trabajadores". Nogués advirtió que el único instrumento común del Mercosur, el tener un arancel externo común (AEC) para las importaciones que llegan de la extrazona, no rige para todos los productos, de ahí que se considere imperfecta a la unión aduanera, "aunque no está tan agujereado como se dice". También la falta de salvaguardias para protegerse de importaciones dañinas en el bloque, mecanismos de defensa comercial y normas sanitarias y fitosanitarias comunes, que suelen utilizarse como barreras comerciales.

"Hoy estamos tan lejos del mercado común como en 1994", reconoció Nogués. "No hubo una estrategia para llegar a él", agregó.

Un informe del Centro de Estudios Bonaerenses (CEB) recuerda entre la Argentina y Brasil siempre había reinado un "clima de indisimulada desconfianza mutua que alcanzó su clímax en la década del 70 con amenazas de conflicto bélico", por lo que el Mercosur "constituyó, felizmente, una respuesta desde la cordura y el compromiso a la insensatez de aquellos tiempos". De todos modos, el CEB, que dirige el ex secretario de Industria Dante Sica, lamenta que el contexto de "reproches cruzados no desapareció y se manifiestan con mayor fuerza frente a la aparición de desequilibrios macroeconómicos entre los países".

Las exportaciones anuales argentinas a Brasil pasaron de un ritmo promedio de US\$ 364 millones en los años 70 y de 622 millones en los 80 a 4492 millones en la década siguiente y a 5681 millones en el período 2000/2003. En los primeros once meses de 2004, se vendió al socio mayor del Mercosur por 5064 millones.

La evolución favorable de la penetración argentina en el mercado brasileño, de 176,6 millones de habitantes, contrasta con su estructura basadas en materias primas, a cambio de la importación de manufacturas de mayor agregado desde Brasil. "En los últimos años, las exportaciones de la Argentina dependieron, fundamentalmente, de tres complejos. Dos de ellos, cereales y petróleo y combustibles, que se mueven según señales de ingreso dado un precio internacional, no del tipo de cambio, y vehículos y sus partes, que está sujeto a acuerdos institucionales", advirtió el CEB, en referencia a que el sector automotor rige un comercio compensado y no libre. La industria azucarera fue la otra excluida de la apertura.

En 1989, las tres principales exportaciones a Brasil consistían en productos de molinería, aparatos mecánicos y frutas, que suponían un 30,2% del total de los envíos a ese país. El año en que se creó la unión aduanera, las tres mayores eran vehículos y sus partes, combustibles y productos de molinería, que representaban el 48,9% del conjunto. El año pasado, los cereales, los combustibles y los vehículos y sus partes ocupaban el podio con el 51,5% de las exportaciones.

Las importaciones anuales desde Brasil se elevaron de los 315 millones en los 70 y los 796 millones en los 80 a los 4254 millones en la década pasada y a los 4722 millones en 2000/2003. En los primeros once meses del año actual alcanzaron los 6678 millones.

Las exportaciones brasileñas a la Argentina fueron creciendo también en valor agregado y diversificación de rubros. Si en 1989 las tres primeras ventas al país (químicos orgánicos, minerales metalíferos y aparatos mecánicos) concentraban el 46,4% del total, en 1994 bajó al 44,8%, con el liderazgo de vehículos y sus partes, aparatos mecánicos y fundición de hierro y acero, y en 2003 descendió al 40,9%, con el podio en manos de automotores y sus piezas, aparatos mecánicos y plástico y sus manufacturas.

La balanza comercial ha sido tradicionalmente favorable a la Argentina. En los 70, el superávit anual promedio fue de 48 millones. La década siguiente registró un déficit de 173 millones. Al crearse el Mercosur, la media anual de los 90 arrojó un saldo positivo de 238 millones. En 2000/2003, 959 millones. Sin embargo, el año pasado hubo un rojo de 82,5 millones y de enero a noviembre de 2004, 1614 millones. Este déficit se viene reduciendo en los últimos meses por la recuperación de la economía brasileña, que compra más de la Argentina y necesita liquidar menos producción en este país. Un alto funcionario del Ministerio de Economía pronosticó que el año próximo se equilibrará la balanza, frente a otros analistas, como Sica, que predicen una continuidad del déficit.

El sector industrial, en el que se encuentran las voces más díscolas contra el Mercosur, suelen advertir sobre la balanza bilateral manufacturera. Ya en 1996 arrojaba un rojo de 1792 millones y sólo en 2002, con la depresión argentina que derrumbó las importaciones, se produjo un superávit, de 322 millones. El CEB pronostica que este año el rojo llegará a 3000 millones. Los industriales recuerdan de que su sector genera más mano de obra que las exportaciones más exitosas a Brasil, basadas en materias primas.

Un reciente trabajo de la oficina porteña de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) sobre el Mercosur señala que desde 1995, año en que entró en vigencia el tratado de Ouro Preto, hasta 2003 los sectores manufactureros que comercian con Brasil perdieron 74.662 empleos. Crecieron las dotaciones de personal de industrias de alimentos

conservados, automotores y lácteos, mientras que se redujeron mucho los maquinaria de oficina, calzado, equipamiento de uso especial, productos electrónicos y ropa.

"El Mercosur ha sido muy positivo por el comercio", opinó el presidente de Confederaciones Rurales Argentinas (CRA), Benito Legeren. De todos modos, admitió: "Hay que evitar que haya elementos macroeconómicos, devaluaciones, protecciones o aranceles que afecten". Brasil amenazó con responder con barreras al agro argentino si la Argentina amplía los límites que este año impuso a textiles, calzado y electrodomésticos.

"Deben hacerse las rectificaciones para que la unión aduanera se acreciente", pidió el presidente de la Unión Industrial Argentina (UIA), Alberto Alvarez Gaiani, en alusión a la creación de salvaguardias, que habían sido eliminadas del Mercosur cuando se convirtió en unión aduanera. El jefe de la Cámara Argentina de Comercio (CAC), Carlos de la Vega, destacó: "Más allá de algunos problemas sectoriales [que representan el 4% del comercio bilateral], el Mercosur está trabado en el análisis de las asimetrías y las barreras". De la Vega defendió el comercio como generador de más trabajo y producción, pero respaldó la idea de que se diera un plazo de protección a algunos sectores durante el que debería "establecerse las condiciones necesarias para que puedan invertir y competir".

En la Cancillería, el director del Centro de Economía Internacional (CEI), Hernán Lacunza, opinó que el Mercosur fue exitoso en cuanto a la creación y desvío de comercio, dado que Brasil se consolidó como principal cliente y proveedor. "No fue tan exitoso en términos de integración productiva. Faltaron políticas industriales armónicas", añadió Lacunza, que destacó que el bloque ha sido una de las pocas políticas de Estado que se han mantenido en la Argentina. "Salir del Mercosur tendría un costo: se perdería lo ganado", opinó el director del CEI, que consideró que las salvaguardias, contrariamente a lo que sostiene Brasil, no afectará al libre comercio siempre y cuando se acote a un porcentaje bajo del comercio.

"La crisis actual del Mercosur es un momento más de un estado de estancamiento y deterioro de la unión aduanera", lamentó Roberto Bouzas, profesor de la Universidad de San Andrés. "Es una buena idea, pero dudo que sea realizable porque hay incentivos políticos que no crean condiciones favorables para la coordinación, la identificación de posiciones comunes y la resignación de espacios", se apesadumbró Bouzas, un ex optimista. *La Nacion* – 19/12/04

M Aurélio Garcia se torna emissário do Brasil na AL

No dia 4 de novembro, durante o encontro de cúpula do Grupo do Rio, o impopular presidente equatoriano, Lucio Gutiérrez, avisou na última hora que não iria ao Brasil devido à iniciativa da oposição de mover um processo de impeachment.

Logo após conversar por telefone com o colega equatoriano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu: enviaria o assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, para mediar a crise política no Equador.

Até agora o assessor internacional da Presidência não foi a Quito, mas a reação de Lula mostra que Garcia, 63, é, cada vez mais, a face visível da política externa brasileira para a América Latina, região considerada prioritária pela gestão petista. Nos dias 19 e 20 de outubro, visitou a Colômbia, onde participou de uma reunião com líderes sindicais, em geral de esquerda, para facilitar o diálogo com o presidente linha-dura Álvaro Uribe.

A próxima parada foi a Bolívia, nos dias 25 e 26 de outubro, com a missão de demonstrar a preocupação brasileira com um projeto de lei nacionalista sobre exploração de gás aprovado em primeira instância na Câmara. Entre outras medidas, a lei prevê o aumento de impostos e royalties e a revisão dos contratos atuais. Se aprovada como está, a lei afetará diretamente as operações da Petrobras Bolívia, cujos investimentos somam US\$ 1,5 bilhão.

Em dois dias, Garcia se encontrou com o presidente Carlos Mesa, com o principal líder da oposição, o socialista Evo Morales, e outros líderes políticos para explicar a posição brasileira.

Depois, no início de novembro, o assessor de Lula passou cinco dias no conturbado Haiti, que atravessa uma onda de violência política misturada à criminalidade comum, combinação que coloca em risco o trabalho da missão de paz da ONU, sob comando militar brasileiro. A atuação e a agenda carregada de Garcia não têm passado despercebidas nos meios diplomáticos. Em meados de novembro, durante um debate promovido pelo jornal francês "Le Monde", em Paris,

o comissário europeu para Comércio, Pascal Lamy, disse que ele "é o responsável pela sofisticada agenda internacional do presidente Lula".

Ainda há o imbróglio haitiano. O Brasil trabalha para que sejam realizadas eleições em novembro do ano que vem, mas até lá a missão de paz terá de diminuir a violência e chegar a um consenso entre as diversas e, muitas vezes, armadas, facções políticas. Se Lula mantiver a sua política "pró-ativa", trabalho não faltará a Garcia. *(Folha de São Paulo, 12/12/04)*

Integración-América del Sur: Geopolítica más que comercio

Mario Osava

El entusiasmo de Brasilia y de los defensores de la integración latinoamericana por la fetal comunidad sudamericana de naciones contrasta con el escepticismo y la contrariedad que ésta despierta en el empresariado de Brasil.

Estas manifestaciones son producto en gran medida de la evaluación negativa efectuada por la brasileña Confederación Nacional de la Industria (CNI) respecto del acuerdo comercial entre el Mercado Común del Sur (Mercosur) y la CAN, alcanzado en octubre.

Ese acuerdo es eje de la Comunidad Sudamericana de Naciones que 12 gobiernos echaron a andar el 8 y 9 de diciembre en la III Reunión de Presidentes de América del Sur, a celebrarse en Cuzco, sur de Perú.

El "libre comercio" entre el Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) y la CAN (Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela) está constituido por una maraña de acuerdos bilaterales, con 67 cronogramas de desgravación, y además es "frustrante" su gran asimetría, sostiene la CNI.

En cinco años, Brasil desgravará más de 90 por ciento de los rubros importados desde los países andinos, cuyos mercados sólo se abrirán a la mayoría de los productos brasileños a partir del sexto año.

La mayor parte de los bienes industriales que a Brasil interesa colocar en los mercados andinos solo será desgravada al final del período de reducción arancelaria, de 15 años, se queja el sector industrial.

Así, no se prevé un gran empuje en el comercio entre los dos bloques, estancado desde 1995, cuando alcanzó 5.100 millones de dólares.

En el área agrícola, el acuerdo es igualmente asimétrico e inocuo, según el Instituto de Estudios del Comercio y Negociaciones Internacionales (Icne), que asesora a los industriales.

En los primeros ocho años, Brasil concederá exención a 89,6 por ciento de las exportaciones agrícolas de Colombia y a 92,9 por ciento de las de Venezuela.

En sentido contrario, la eliminación de aranceles se limitará a 36,5 y 22,5 por ciento, respectivamente. El resto se desgravará entre el noveno y el decimoquinto año, y algunos productos serán limitados por cuotas.

Productos de gran importancia exportadora para Brasil (como la soja, el azúcar y la carne de pollo), deberán esperar los plazos más largos, e incluso el último año, para ver reducidos sus aranceles.

Pero el comercio agrícola entre los dos bloques y la competitividad andina son tan limitados que la falta de reciprocidad no preocupa a los empresarios brasileños del agronegocio, según André Nassar, director ejecutivo del Icne, para quien este acuerdo es sobre todo "político".

Los que ven solo el aspecto comercial carecen de una mirada estratégica y olvidan la necesidad de integración para el desarrollo futuro, y de agruparse para enfrentar la globalización en mejores condiciones, dijo a IPS el profesor de relaciones latinoamericanas de la Universidad Estatal de Sao Paulo, Enrique Amayo Cevallos. La comunidad sudamericana une la fuerza económica del Mercosur, con los países atlánticos, a la ubicación estratégica de los andinos, sobre el océano Pacífico, destacó.

Esta unión subcontinental abre perspectivas "interesantes" a mediano plazo, como la cooperación necesaria entre países andinos y amazónicos para que puedan beneficiarse de riquezas que comparten, como la biodiversidad y el agua, ejemplificó.

Brasil perdería poder de negociación si Colombia y Perú ceden ante las presiones de Estados Unidos en la cuestión de patentes, en acuerdos comerciales que se negocian actualmente, porque se abriría el acceso a la biodiversidad amazónica de estos países andinos, en gran parte idéntica a la brasileña, advirtió.

Sin una integración y el reconocimiento de la cuenca hidrográfica internacional, el agua de la Amazonia puede ser fuente de conflictos en el futuro, acotó. En este caso, gran parte de las nacientes están en los países andinos, dejando a Brasil en desventaja, observó.

Es una situación inversa a la de la cuenca del Río de la Plata, en la que Brasil pudo construir centrales hidroeléctricas en ríos afluentes, ignorando las protestas argentinas en décadas pasadas.

La cumbre que formalizará el acuerdo entre el Mercosur y la CAN (pero incorporando también a Chile y a los pequeños Guyana y Surinam) tendrá lugar en la ciudad peruana de Cuzco y en la cercana Ayacucho. (*IPS – Inter Press service new agency – 11/12/04*)

Tabaré Vázquez de Frente a la Unidad Sudamericana

El gobierno que asumirá en Uruguay a principios del 2005 el líder progresista Tabaré Vázquez trabajará intensamente para mejorar y afianzar el MERCOSUR, y apoyará el proyecto para crear la Comunidad Sudamericana de Naciones.

Para impulsar su fortalecimiento institucional, la unión aduanera que conforman Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay requiere consolidar el proceso de solución de controversias, mediante el Protocolo de Olivos. Para el ministro designado de Economía, la debilidad institucional del Mercosur constituye uno de los peores problemas que enfrenta el bloque.

El actual Ejecutivo rechaza la firma del acta fundacional de la Comunidad que unirá a los socios del Mercosur y la Comunidad Andina de Naciones (CAN) e incluso a Guyana y Suriname, dos de la Comunidad del Caribe, prefiere dejar la decisión al futuro gobierno. Así lo confirmó el canciller Didier Opertti ante el Parlamento, ocasión en la que se mostró contrario 'a la creación de un organismo internacional a partir del conglomerado de naciones de la región'. Opertti consideró 'un poco apresurada' la creación de la comunidad de naciones porque el 'Mercosur está en pleno proceso'.

De hecho, la cancillería cursó una nota a su similar peruana, en la cual 'objeta' la formación de una comunidad con estructuras tales como Consejo de Presidentes, Consejo de Ministros y Secretaría Pro Tempore. Otros altos funcionarios de la cancillería, en cambio, apoyan la iniciativa 'como parte del afianzamiento de una integración sin exclusiones', según difundió el diario El Observador ese mismo día. En ese caso se encuentra el director general para Asuntos Económicos, Gastón Lasarte, quien remarcó que la Comunidad Sudamericana es la última respuesta que ha dado la región 'en su búsqueda de crear nuevos paradigmas de integración'.

Con la Unión se pretende que América del Sur sea una región competitiva, con una moneda común, y que sus integrantes puedan definir el intercambio comercial, energético y de telecomunicaciones, con sus propios aspectos jurídicos, políticos y económicos.

Por el momento, ya el Mercosur firmó el pasado 18 de octubre un Acuerdo de Complementación Económica con la CAN (Bolivia, Perú, Ecuador, Colombia y Venezuela) para iniciar un proceso de desgravación de aranceles que de lugar, en 15 años, a una zona de libre comercio sudamericana.

El pacto abrió nuevas perspectivas a los vaticinios de que 'las subregiones se articularán entre sí, no a partir de un macrodiseño sino con una nueva percepción de sus intereses, es decir, de abajo hacia arriba'.

Ahora se trata de que, en el 2007, el 85% del comercio esté libre de gravámenes, un panorama muy distinto al que se dibuja con la firma de tratados de Libre Comercio (TLC) independientes, defendidos por el gobierno de Batlle. Con su política de alineamiento a Estados

Unidos y al neoliberalismo, el mandatario impuso su voluntad de negociar un TLC con Estados Unidos, como parte de una política exterior dependiente de ese país.

El pacto -materializado en octubre último- revive la estrategia de la Casa Blanca de negociar acuerdos bilaterales (con países individuales o con pequeños bloques) que le permitan incorporarlos directamente a su esfera de influencia.

Ante este desconsolador paisaje, el resto de las naciones confía más que nunca en la importancia de la Comunidad Sudamericana de Naciones 'para iniciar un nuevo momento en nuestra historia y enfrentar los desafíos que nos plantean las naciones desarrolladas'. Así expresó recientemente el presidente brasileño, Luiz Inacio Lula Da Silva, al proponer que América del Sur negocie en forma colectiva el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) que impulsa la Casa Blanca para el 2005.

El jefe de la diplomacia del gigante sudamericano, Celso Amorim, estimó que, a diferencia de aquella iniciativa estadounidense, la Unión Sudamericana es más que una zona de libre comercio, pues incluye la integración económica, política y de infraestructura.

La Comunidad que verá la luz en los próximos días, en el lugar donde se libró la batalla de Ayacucho, podría convertirse en el tercer bloque económico mundial, detrás de la Unión Europea y el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (Nafta). Dicha integración contará con gran cantidad de reservas minerales, petróleo y recursos energéticos. (*Argenpress, 04/12/2004*)

Apoio

CAW, CLC, USWA-CA, CGT / Fr, CFDT, CGIL, CCOO, Solidarity Center / AFLCIO